

## QUESTÃO 01

A Sociologia como disciplina e campo acadêmico tem pouco mais de um século de existência no Brasil, sendo por isso considerada uma "ciência jovem" frente a outras já há muito consolidadas e institucionalizadas. Os embates e debates sobre a pertinência ou não de ela ser incluída nos currículos na Educação Básica remontam a primeira metade do século XX.

Porém, apenas em 1954, por ocasião da realização do 1º Congresso Brasileiro de Sociologia, em São Paulo, é que ocorreu os primeiros debates públicos e a defesa contundente da inclusão da Sociologia como componente curricular na Educação Básica brasileira. Diversos sociólogos, dentre eles Fernando de Azevedo, Oracy Nogueira e Antônio Cândido fizeram conferências e palestras discutindo o tema. Porém, foi Florestan Fernandes, na sua fala final do Congresso, que fez a análise mais emblemática da questão. Dentre vários apontamentos, ele defendeu a existência e a pertinência da Sociologia na EB desde que ela pudesse ter como objetivo central a possibilidade de trazer a crítica social para o cotidiano das escolas. Fernandes defendeu a ideia de que, caso a Sociologia fosse "usada" como forma de se manter as formas de pensar do senso comum vigentes, seu questionamento do status quo a partir de seu ensino, era preferível que não houvesse <sup>de fato</sup> ~~nenhuma~~ a implantação da mesma. Portanto, já no seu berço, a introdução da Sociologia é defendida como perspectiva crítica da vida social. Seu trabalho tornou-se então serviu então de base na Câmara Federal para o projeto de lei que, a tornou componente dos currículos escolares naquele período de nossa história.

Vários autores apontam para o fato de que a existência e a permanência da Sociologia na EB está diretamente relacionado tanto às alternâncias de períodos ditatoriais e democráticos no país, quanto às posições governamentais no tocante a políticas mais neoliberais ou menos neoliberais, com maior ou menor presença do Estado, especialmente, nos setores econômicos, mas também na Educação e Saúde.

De fato, na reforma educacional do início dos anos 70, no auge do período da ditadura militar mais recente, suprimiu-se seu ensino ao promulgar-se a lei de diretrizes educacionais 5692/71. Essa lei teve, dentre outros aspectos, um caráter altamente profissionalizante do EM e uma clara preponderância dos conhecimentos das áreas chamadas de exatas sobre os conhecimentos humanísticos. O que se instituiu nesse momento são disciplinas como Organização Social e Política Brasileira (OSPB) e Educação Moral e Cívica (EMC), que nem de longe se baseia em conhecimentos sociológicos, em especial os mais críticos.

Com a abertura democrática dos anos 80 e a promulgação da chamada Constituição Cidadã de 1988, retoma-se os debates sobre o retorno da Sociologia como componente curricular na EB. Porém, só após a implementação da nova LDBEN 9394/96, em 1996, de fato começa-se a implantar, ainda nos níveis estaduais e de forma pontual, a Sociologia na EB.

Como dissemos acima, sobre as alternâncias políticas brasileiras, a década de 90 foi marcada por governos de cunho altamente neoliberal, que inviabilizaram todas as tentativas oficiais de implantação dessa disciplina. Porém, com os debates ocorridos por ocasião da escrita e promulgação da LDBEN 9394/96, as pos-

As discussões de retorno dela aos currículos foram tomadas de forma decisiva. Os debates e as novas políticas públicas educacionais com vistas à implantação e operacionalização das metas das instituições do Plano Nacional de Educação para os 10 anos seguintes à nova LDBEN e os esforços de fazer-se cumprir os dispositivos constitucionais para a Educação Nacional, foram de fundamental importância para que se começasse pontualmente a ~~re~~reimplantação da disciplina.

A partir de 2003, com a nova política que se instaura no país com a chegada do presidente Lula e do PT ao governo federal, abre-se de fato o caminho para a mudança curricular. Nesse novo governo e nova era, menos neoliberal e com propostas e projetos de fortalecimento do Estado no sentido de aprimoramento da democracia e do Estado Democrático de Direito, vê-se por fim sua reimplantação na EB. Não sem debates ideológicos e conotações de força nas mais altas esferas políticas. Apenas em 2006, através do Parecer 38 do Conselho Nacional de Educação e da Câmara de Educação Básica (CNE/CEB), do Ministério da Educação, a Sociologia (bem como a Filosofia) passa a integrar o currículo oficial das escolas brasileiras. Porém ainda apenas é obrigatória em uma das séries do Ensino Médio. ~~Somente~~ Somente em 2008, com a Lei 11684/2008, ela passa a ser obrigatória nos ~~primeiros~~ três anos do EM (ou 4, quando for o caso).

Por fim, vemos nos últimos anos, decorrentes de mais uma mudança busca de governo (a partir do golpe de 2016), novas ameaças à existência da Sociologia como parte do currículo da Educação Básica. Ainda que as novas legislações impostas pelo governo ilegítimo



de alguma forma mantenham tanto a Sociologia quanto a Filosofia nos currículos desse nível de ensino, tanto a Reforma do Ensino Médio quanto a Base Nacional Comum Curricular vêm com propostas que, aos moldes da legislação educacional do período da ditadura militar, tendem a supervalorizar as áreas exatas em detrimento das humanidades, abrindo brechas inclusive para ~~outra~~ outra futura supressão. Por ora, nos documentos oficiais, dentro outras coisas, vê-se a redução de carga horária obrigatória das disciplinas da Base para incremento dos chamados "itinerários formativos", com clara tendência ao ensino profissionalizante de áreas técnicas.

Por outro lado, projetos nefastos à educação como o assim chamado "Escola sem Partido" / contra a "Ideologia de Gênero" e afins, representam potencial ameaça ao desenvolvimento de um processo educacional autônomo, que contribua para a formação de cidadãos éticos, críticos, sujeitos e protagonistas. Ou seja, cerceia o pleno exercício do valor da Sociologia no currículo da EB, conforme delibera o parecer 38/2006 CNE/CEB. Além disso, projetos assim criam dificuldades para o tratamento de temas básicos de estudo da Sociologia e das Ciências Sociais, assim como para seu ensino a partir de perspectivas teóricas críticas, desnaturalizadoras e de estranhamentos – que podem, a partir dessas ideias "neutralizadoras" da educação (???) ~~serem~~ serem fulguradas como "doutrinas". Iniciativas como essas, ainda que não se transformem (ou ainda não) em leis, criam uma cultura do medo e da ameaça ao ensino da Sociologia. Mesmo contrariando inclusive a BNCC que, com todas as críticas pertinentes a ela, prevê que a Sociologia tem o papel de praticar o estranhamento e a desnaturalização, fazendo do senso comum, da intolerância, dos preconceitos, dos estereótipos e dos



estigmas <sup>estigmas</sup> e pontos privilegiados de sua leitura crítica. Ou seja, uma vez mais, dadas as condições políticas e socioculturais a elas condizentes, vemos o ensino de Sociologia ameaçado de formas diversas no novo sistema educacional.

## QUESTÃO 02

Como apontamos na questão anterior, apesar de a Sociologia ter se tornado obrigatória na EB entre 2006 e 2008, só em 2012 ela passou a integrar o Programa Nacional do Livro Didático. Entre 2006 e 2012 houve debates profundos entre os profissionais da área tanto de setores ligados às Universidades quanto de profissionais atuantes apenas na Educação Básica.

Os principais debates giravam em torno das questões sobre se deveria haver livros didáticos de Sociologia (havia um certo receio no tocante à ideia de que, de alguma forma, eles pudessem se assemelhar a antigos \*manuais) e, em havendo, qual ou quais deveriam ser seus formatos(s) e conteúdos.

A questão central era (e ainda é) de base curricular: \*o que ensinar na EB e, em especial, no Ensino Médio de Sociologia? As discussões eram em torno de se deveria haver debates temáticos, conceituais ou teóricos das Ciências Sociais em geral.

Partindo-se dos documentos oficiais desse período sobre o ensino de Sociologia na Educação Básica, como PCN, OCNEM, DCN, e outros, observa-se uma tendência ao desenvolvimento de uma prática articulada com a teoria, mas que não tenha forte caráter acadêmico, de maneira que o conteúdo de Sociologia se torne interessante para os estudantes da EB e do EM em especial. Ao mesmo tempo, deve-se garantir que não seja con-

teudista e trabalhado de maneira simplista, vindo a cumprir seu papel de compartilhar teorias e conceitos científicos de maneira crítica e que permita incentivar, despertar nos estudantes o estranhamento e a desnaturalização dos conhecimentos do senso comum.

Há alguns estudos analíticos sobre os livros didáticos de Sociologia do PNDL que apontam para uma diversificação tanto dos formatos quanto dos debates por eles apresentados.

Um artigo publicado na Revista da Associação Brasileira de Ensino de Ciências Sociais, seu autor faz um estudo de alguns desses livros. Entre eles, Sociologia Hoje, Sociologia Em Movimento, Sociologia para o Ensino Médio e Sociologia para jovens do Século XXI.

Inicia com uma "cartografia" dos livros: mostra que a maioria dos autores é de profissionais de cursos de graduação em Ciências Sociais, com titulações de mestre e doutores; alguns são professores da Educação Básica; há uma maioria de autores do gênero masculino; e todos abordam temáticas, discussões e teorias das três áreas das Ciências Sociais, Sociologia, Antropologia e Ciência Política. Porém, ele chama a atenção para o fato de, por um lado, haver uma maior prevalência de temas ligados à Ciência Política e por outro, o conceito de cultura e debates em torno dele serem o ponto comum entre todos.

Ainda seguindo as análises do autor do artigo, praticamente todos os livros analisados abarcam uma gama variada dos principais temas, conceitos e discussões da área.

Alguns têm caráter ~~mais~~ um pouco mais

conteúdos, enquanto outros mais temáticos.

De toda forma, tanto em quanto outras análises apontam para uma boa qualidade dos livros integrantes do PNBD, no tocante às propostas debatidas e sugeridas sobre o ensino da sociologia no Ensino Médio e na Educação Básica.

No tocante às possibilidades dos livros didáticos de sociologia na EB, integrantes dessa política pública nacional, parece-me que, por um lado, alcança o maior número possível de estudantes e escolas do país, coisa que me pareceria <sup>altamente</sup> completa de se fazer com o uso de livros variados sobre os temas das C, S, S e seu a política pública em questões. Deve-se pensar aqui que, em nível de EB, não se está ~~se~~ formando cientistas sociais. Dentro tantas possibilidades de ensino da sociologia, com o uso de livros didáticos como se faz hoje e com o livros que temos, consegue-se de maneira positiva, fazer chegar a todos os estudantes desse nível de ensino os princípios básicos desse campo de conhecimento. Claro está que só isso é insuficiente. Porém, ter esse tipo de material nesse alcance, já é um bom ponto de partida para que cada escola, cada grupo de professores e seus estudantes possam ter um ponto de partida sólido para organizar seus currículos, metodologias e conteúdos!

Outro aspecto interessante que pode-se vislumbrar com e a partir dessa política é o incentivo que ela poderia provocar/provoca nos profissionais envolvidos com esse ensino, tanto nos níveis universitários quanto nos níveis de EB, instados que podem ser/são a pensar em estudar/organizar criticamente livros didáticos para a área.

Quanto aos limites do livro didático, destaque com especial atenção o fato de que seu uso não se torne uma forma de "aprisionamento" do professor em sala de aula. Que ele não se veja / não se esloque na situação de sentir-se / ser obrigado a usar apenas o livro didático como referência. E que seja sempre capaz e instado por esse livro a buscar outras fontes, outros recursos teóricos e metodológicos e que haja possibilidades reais nos sistemas locais de ensino e em cada escola de dar o suporte que cada professor necessita para exercer sua autonomia no processo ensino-aprendizagem (assim mesmo, tudo junto, como nos ensinou Nilda Alves).

QUESTÃO 03:

O currículo de Sociologia na Educação Básica é permanentemente debatido por uma comunidade disciplinar / epistêmica. Isso pode ser verificado pelo considerável incremento ~~de~~, por um lado, ~~de~~ produções acadêmicas sobre o tema, em forma de teses e dissertações, além de artigos acadêmicos em revistas especializadas, tanto em Faculdades de Educação como nas Faculdades e Institutos de Ciências Sociais e seus respectivos programas de pós-graduação. Além disso, organizações como a Associação Brasileira de Ensino de ~~de~~ Ciências Sociais e outras congêneres e congressos e encontros nacionais e regionais são sempre atuantes e presentes ~~por~~ como fóruns de debates sobre currículo e ensino de Sociologia na Educação Básica.

A Sociologia ~~apresenta~~ pode ser pensada como ferramenta o instrumento de questionamento das relações de poder existentes na sociedade. Também como



possibilidade de rompimento de clichês sobre o papel das políticas públicas educacionais e outras e os sentidos político e sociais delas. Dessa forma, há uma tensão latente entre os debates sobre currículo de Sociologia e as P.P. que lhe dizem respeito.

Se pensarmos a Sociologia como um mecanismo na enunciação curricular maior, com o intuito de afirmar a potência das dimensões ético-estético-políticas de suas ações-teóricas como possibilidade de problematizações e de resistência tanto aos clichês das verdades prontas e das explicações simplificadoras para os acontecimentos do cotidiano das escolas, conforme nos mostra Ferraz (2017), devemos perceber o quanto temos e nosso campo de ação curricular. Ao mesmo tempo, pode-se correr o risco de tornar esse currículo submetido e invisibilizar as práticas que ocorrem naquele cotidiano e na construção dos currículos em maior escala, se não tivermos sempre alerta o espírito crítico e questionador que essa ciência nos ensina.

Os debates em torno do currículo de Sociologia devem manter a possibilidade de nos livrarmos de "ideias fixas" sobre seus conceitos e soluções universais, sob pena de reproduzirmos ad infinitum teorias e conceitos sem suas dimensões críticas.

A Sociologia como currículo deve levar em conta o dentro, os impoderáveis do cotidiano, ~~sendo pensado~~ sendo pensado em forma de rede, de nomadismo, de campos de disputa de sentidos, deixando de lado toda e qualquer possibilidade de significado único ou determinismos conceituais, como os pretendidos pelas novas legislações educacionais da reforma do Ensino Médio e da BNCC.

Como já emenciamos na questão de números,

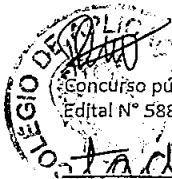
a Sociologia desde Florestan Fernandes, só faz sentido na Educação Básica como perspectiva crítica da vida social. Portanto, a própria ideia de currículo deve por e através dela ser questionada. Ferraco (2017) propõe que pensemos em "currículo como movimento, como fluxo e não apenas como forma, ou produto que pode ser objetificado, medido e comercializado, como pretendem os defensores da BNCC. Apostamos na ideia de currículo como intensidades produzidas em meio às relações de poder que colocam-se nos planos lisos e estriados dos cotidianos das escolas". Ora, um currículo de Sociologia que não tenha essa perspectiva como fundamento, estará em dissonância com a própria fundamentação da disciplina.

Desta maneira, o debate curricular da Sociologia deve manter-se sempre ativo nas fronteiras, nas fissuras, nas brechas das políticas educacionais e do que elas representam / impõem ao cotidiano escolar.

Seu desenho e suas escolhas teórico-metodológicas devem pautar-se sempre pelo improvável, pelo imponderável, pelo que é invisibilizado, pelo não-dito. Seja no ambiente escolar de atuação de cada profissional, seja no debate público com seus pares ou com o Estado. Trazer os estudantes e as comunidades escolares ~~para~~ como sujeitos desse debate, como aqueles que, juntamente com os profissionais, fazem de fato ~~o~~ currículo que acontece cotidianamente.

Assim, os currículos desenhados nas e pelas políticas públicas, baseados nesses debates terão alguma chance de, de fato, acontecerem.

Porém, aqueles que são escritos e edi-



estados na "calçada da noite", por, anexo, ilegítimos,  
sem amplo debate com a sociedade, tenderão a  
não realizar ~~ou~~ ou destruir qualquer proposta  
de desenvolvimento crítico cidadã. Dessa forma,  
urge que a comunidade disciplinar/epistêmica  
da sociologia se levante e brigue cotidiana-  
mente, como nos seus espaços outros que nos  
apenas a escola e a academia por aquele  
currículo vivo, crítico, que coloca cada  
um dos sujeitos envolvidos no seu processo  
fazeracontecer como protagonistas da constru-  
ção dos conhecimentos básicos para sua existên-  
cia como indivíduos membros de uma sociedade.

“